



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

**PROGRAMA DE APOIO À RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO SUL - RS
- PROREDES BIRD -**

AVALIAÇÃO SOCIAL DO PROGRAMA SWAP DO RIO GRANDE DO SUL

Dezembro de 2011

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Tarso Genro

Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
João Motta

Departamento de Captação de Recursos
Margareth Vasata

Equipe Técnica

Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
Ana Marisa Miranda da Silva

Secretaria da Educação
Rodrigo A. Venzon

Secretaria Estadual de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano
Josi Beatriz Viegas Cunha

Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos
Coordenação Executiva do Conselho Estadual dos Povos Indígenas
Sonia Lopes dos Santos

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER:

Superintendência de Programas Especiais
Ana Paula Pestana Cardoso
Lia Cateri Martinazzo

Superintendência de Estudos e Projetos
Bibiana Cardoso Fogaça
Luis Fernando Finamor

Superintendência de Faixa Domínio
Francisco Jose Vilaverde Barreto
Wolter Muniz Vieira.

Colaboração:

Secretaria da Educação
Guilene Salerno
Roberto Barros Adornes



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	5
2. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO SOCIAL	6
3. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO SOCIAL	7
4. DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DO PROGRAMA DE APOIO À RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL – PROREDES BIRD - E SEUS IMPACTOS	7
4.1. SETOR 1: DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO	8
4.2. SETOR 2: TRANSPORTE – RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS	10
4.3. SETOR 3: EDUCAÇÃO	15
4.4. SETOR 4: LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Lista de Quadros

Quadro 1: Rede Rodoviária Estadual – Divisão em Trechos – Lote Bento Gonçalves

Quadro 2: Estabelecimentos de Ensino do RS segundo a Etapa/Modalidade de Ensino, agrupados por Coordenadoria Estadual de Educação - CRE - ano-base 2010

Quadro 3 Número de escolas selecionadas para execução imediata das obras de melhoria, ampliação e construção, segundo a Etapa/Modalidade de Ensino, agrupados por Coordenadoria Estadual de Educação – CRE

Quadro 4: Cronograma de realização de consultas junto aos Conselhos Escolares das escolas selecionadas, agrupados por Município e Coordenadoria Estadual de Educação - CRE

Quadro 5: Escolas Indígenas do RS, agrupadas por Coordenadoria Estadual de Educação - CRE - ano-base 2011

Lista de Mapas

Mapa 1 – Acampamentos indígenas em faixas de domínio de rodovias estaduais, segundo as Superintendências Regionais do DAER-RS

Mapa 2 – Escolas selecionadas para execução imediata das obras distribuídas por Coordenadoria Estadual da Educação – CRE



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Recomendação COFLEX nº 1.247, de 17 de junho de 2011, autorizou a preparação do Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento do RS – PROREDES BIRD, tendo como mutuário o Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD como entidade financiadora.

A Missão de Preparação do Banco Mundial desenvolvida de 05 a 16 de setembro de 2011 estabeleceu sobre quais elementos a Avaliação Social da operação deveria ser orientada. Assim, ficou estabelecido que os projetos com incidência sobre áreas onde haja presença de povos indígenas, ou onde exista necessidade de reassentamento de população para fins de implantação de ações, serão objeto da avaliação.

Na Ajuda-Memória tais itens já foram elencados ficando como foco da ação os projetos relacionados ao setor da educação e das rodovias; os temas relacionados ao setor privado como pólos e parques tecnológicos e Arranjos Produtivos Locais terão, no decorrer da implementação dos projetos, consultas aos seus principais agentes, sendo realizadas por metodologia a ser definida.

Para a preparação desta avaliação foram constituídos dois grupos específicos de discussão, sob a coordenação da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã - SEPLAG: Indígenas e Rodovias.

Indígenas, composto por representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

Secretaria Estadual da Educação

Secretaria Estadual de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano,
Coordenação Executiva do Conselho Estadual dos Povos Indígenas,
vinculada à Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos,

Rodovias, composto por integrantes de diversos setores do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER:

Superintendência de Programas Especiais

Superintendência de Estudos e Projetos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Superintendência de Faixa Domínio

O Grupo de Trabalho composto principalmente por integrantes do DAER teve como objetivo principal definir as diretrizes do Marco da Política de Reassentamento Involuntário e discutir todas as etapas de implementação das intervenções previstas de manutenção e reabilitação nas rodovias à luz das normas operacionais do BIRD, especialmente aquelas diferentes das estabelecidas pelo Estado.

Já o Grupo relacionado à educação indígena, além da definição do Marco dos Povos Indígenas, também ocupou-se das formas de implementação de melhorias nas escolas indígenas, mediante discussão da sistemática operacional adotada, com a inclusão de outros profissionais não vinculados diretamente com a questão.

A partir dessas definições foram pensadas as formas de integração de outros fóruns de representação na avaliação da operação de forma geral.

Um detalhamento dos dois principais projetos alvo desta avaliação será feito na sequência.

2. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO SOCIAL

- Identificar os possíveis impactos sociais positivos, assim como os potenciais riscos sociais, econômicos e ambientais para a implementação dos componentes e subcomponentes, especialmente os relacionados aos setores de educação e rodovias.
- Recomendar medidas para prevenir, reduzir ou compensar qualquer impacto negativo.
- Avaliar as estratégias do projeto para: (i) promover a participação cidadã; (ii) promover a inclusão e o acesso das pessoas, particularmente vulneráveis (ex. indígenas), aos benefícios do projeto; (iii) identificar estratégias para incrementar a governabilidade, transparência, prestação de contas; (iv) definir estratégias para a consulta e avaliação permanente do projeto com atores e beneficiários.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

- Organizar equipes de trabalho nas Secretarias envolvidas para a elaboração do Marco de Reassentamento Involuntário e do Marco dos Povos Indígenas.

3. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO SOCIAL

- Investigação bibliográfica, e
- consultas livres e informadas com uma amostra estratificada de atores e beneficiários sobre os benefícios do projeto e estratégias sociais utilizadas para (i) identificar qualquer impacto negativo do projeto e recomendar possíveis soluções, (ii) promover a participação cidadã, a inclusão e o acesso dos grupos mais vulneráveis no projeto, (iii) incrementar a governabilidade, transparência e prestação de contas, e (iv) identificar e sugerir mecanismos de consulta permanente com atores e beneficiários do projeto, incluindo um sistema de disseminação de informação e atenção a reclamações.

4. DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DO PROGRAMA DE APOIO À RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL – PROREDES BIRD - E SEUS IMPACTOS

O PROREDES BIRD tem como objetivo apoiar a retomada do desenvolvimento no Rio Grande do Sul por meio de execução de políticas públicas voltadas à melhoria da gestão pública e à modernização da infraestrutura econômica e social, previstas no Plano Plurianual do Estado (PPA 2012-2015).

O PROREDES BIRD apoiará as áreas de desenvolvimento do setor privado e da inovação tecnológica, melhoramento da malha viária do Estado, melhoria da qualidade do ensino e modernização da gestão ambiental. O Programa do Rio Grande do Sul em preparação está organizado segundo os temas que seguem:

- Apoio aos Pólos, Parques Tecnológicos e às Redes de Inovação e Tecnologia;
- Conservação e Manutenção de Rodovias;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

- Melhoria da Qualidade da Educação Básica;
- Modernização da Gestão Ambiental em relação ao Licenciamento Ambiental e à Gestão de Riscos de Desastres.

4.1. SETOR 1: DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO

O PROREDES BIRD promoverá o desenvolvimento do setor privado e da inovação tecnológica, por meio do apoio aos Pólos, Parques Tecnológicos e às Redes de Inovação e Tecnologia, ações incluídas no Programa SWAP do Rio Grande do Sul.

Os Programas de Apoio a Parques Científicos e Tecnológicos e de Pólos Tecnológicos, geridos pela Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico – SCIT, buscam utilizar os resultados da pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento harmônico das regiões do RS, conectados aos diversos atores sociais, entre eles: Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), Arranjos Produtivos Locais (APLs), Prefeituras, Universidades e associações, e outros.

Mais especificamente, os Parques Científicos e Tecnológicos são ambientes propícios ao desenvolvimento tecnológico, dotados de infraestrutura adequada, trabalhando com programas que estimulam a sinergia entre poder público, meio empresarial e acadêmico. Esses ambientes podem se constituir em incubadoras e condomínios de empresas de base tecnológica. Nos Parques Científicos e Tecnológicos e em incubadoras existe a interação entre a universidade e a empresa; portanto, apoiar a implementação de políticas de melhorias nesses ambientes produtivos possibilita um ganho de competitividade para as empresas gaúchas.

Já os pólos tecnológicos referem-se a um programa criado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia em 1989, para estimular a integração entre Universidades e centros de pesquisa com o setor produtivo local, no âmbito dos COREDEs, objetivando o desenvolvimento de tecnologias adequadas aos setores produtivos regionais. Atualmente, dos 28 COREDEs, 22 contam com pólos tecnológicos.

Para uma região constituir um Pólo, o COREDE deve obrigatoriamente:

- Identificar instituições regionais que assumirão o compromisso político com a implementação do Pólo, assinando o Protocolo de Intenções (municípios,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

associações comerciais e industriais, instituições de ensino, indústrias entre outras).

- Identificar áreas de atuação do Pólo (alimentos, agropecuária, metal-mecânica, entre outras).
- Identificar quais os centros de pesquisa (universidades, fundações, escolas técnicas, SENAI) que estão aptos e querem ser unidades executoras do Pólo.
- Identificar dentre as unidades executoras escolhidas qual pode coordenar as ações do Pólo e manter um de seus técnicos como gestor.
- Enviar ofício apresentando as áreas de atuação do Pólo às unidades executoras escolhidas.

A seleção dos projetos a serem apoiados nos parques tecnológicos considera em torno de 32 critérios de análise econômica e social; dos itens levados em consideração para a avaliação podem ser citados aqueles relacionados à promoção de elevação do nível de renda, geração de oportunidades de trabalho e articulação de ações transversais voltadas à ampliação da inclusão digital no Estado.

A seleção dos projetos a serem apoiados nos pólos tecnológicos, por sua vez, considera em torno de 22 critérios entre econômicos e sociais, podendo ser destacados a pontuação para investimentos em regiões de menor renda relativa, os benefícios à cadeia produtiva local, o impacto ambiental positivo e a promoção de parcerias.

Os projetos apoiados não prevêem investimento na produção industrial, mas na infraestrutura própria de pólos e parques necessária ao desenvolvimento das atividades propostas.

Mesmo não estando previstos tais investimentos o Marco da Política de Reassentamento Involuntário deverá ser um guia caso se ative a necessidade de intervenção nesse sentido.

Para os próximos apoios do RS aos pólos e parques tecnológicos serão estabelecidos nos Editais e Decretos de Regulamentação as medidas a serem adotadas para mitigação de quaisquer riscos que possam ocorrer.



Hoje já é prevista para os pólos as medidas de transferência de tecnologia aos setores envolvidos, por meio de cursos de formação, seminários e oficinas nos temas específicos.

4.2. SETOR 2: TRANSPORTE – RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS

Inicialmente cabe comentar as modificações processadas no tópico Rodovias, desde a Missão de Preparação de setembro de 2011, que alteraram positivamente o enfoque desta avaliação sobre o setor.

As discussões realizadas com o Grupo Técnico encarregado da preparação da avaliação apontaram as dificuldades de realizar as obras de duplicação de rodovias pelo regramento do Banco Mundial no tempo previsto; ocorre que as normativas hoje adotadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem, órgão estadual competente, não têm previsão de reassentamento populacional das áreas afetadas tutelado pelo Estado. A norma estadual prevê somente a indenização financeira, segundo o regramento vigente no país, sem acompanhamento da população deslocada.

Para manter tais intervenções seguindo as Políticas Operacionais do Banco, o DAER teria que estruturar outra forma de execução, o que, além de onerar significativamente os projetos, demandaria mais tempo de execução, multiplicando em muitas vezes o tempo previsto no cronograma.

O Programa intitulado Contrato de Restauração e Manutenção de Rodovias - CREMA, por outro lado, tem menor impacto pois não avança sobre a faixa de domínio e, por isso, não incide sobre população assentada. Quando houver necessidade de implementação de 3ª faixa ou intersecções, em casos específicos, os contratos deverão seguir as regras do Banco Mundial, para os quais foi construído o Marco da Política de Reassentamento Involuntário.

O Programa CREMA é um contrato de restauração e manutenção de rodovias em que o DAER fornece um projeto básico referencial, no qual é indicada uma solução de intervenção para cada trecho que compõe o lote. As obras e serviços contratados incluem:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

- elaboração de projeto de engenharia detalhado para obras de restauração;
- execução das obras, conforme os projetos aprovados pelo DAER;
- execução da manutenção em todo o trecho durante cinco anos, mantendo índices de desempenho;
- execução de serviços de manutenção emergencial, quando requisitados pelo DAER;
- execução de obras de melhoramentos, quando determinados nos projetos referenciais.

A definição do primeiro Lote já foi realizada e está consolidada a seguir, onde consta a descrição das obras de restauração e serviços de manutenção, por um período de 5 anos.

O Lote de Bento Gonçalves do Programa CREMA é composto pelos seguintes trechos rodoviários:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Quadro 1: Rede Rodoviária Estadual – Divisão em Trechos – Lote Bento Gonçalves

REDE RODOVIARIA ESTADUAL - DIVISAO EM TRECHOS					
S R E - MODELO 11.1					
CÓDIGO DO TRECHO	TRECHO	INICIO (km)	FIM (km)	EXT. (km)	SIT. FIS.
122ERS9040	ENTR. ERS-122 - LINHA 40	0,00	3,15	3,15	PAV
122ERS9050	ENTR. ERS-122 - OTAVIO ROCHA	0,00	8,64	8,64	PAV
122ERS9060	ENTR. ERS-122 - IPE (ACESSO SUL)	0,00	1,50	1,50	PAV
122ERS9070	ENTR. ERS-122 - IPE (ACESSO NORTE)	0,00	2,82	2,82	PAV
124ERS0010	HARMONIA - ACESSO A SAO SEBASTIAO DO CAI	0,00	5,41	5,41	PAV
230ERS0050	ENTR. BRS-116 (P/ CAXIAS DO SUL) - ANA RECH	0,00	3,04	3,04	PAV
355ERS0010	ENTR. RSC-470 (VILA FLORES) - FAGUNDES VARELA	0,00	16,00	16,00	PAV
359ERS0010	ENTR. RSC-470 (VERANOPOLIS) - COTIPORA (INICIO TRV-MUN)	0,00	19,77	19,77	PAV
415ERS0010	BOM PRINCIPIO - TUPANDI	0,00	9,50	9,50	PAV
431ERS0020	SANTA BARBARA (RIO DAS ANTAS) - SAO VALENTIM DO SUL	23,00	32,89	9,89	PAV
431ERS0030	SAO VALENTIM DO SUL - ENTR. ERS-129 (DOIS LAJEADOS)	32,89	43,17	10,28	PAV
444ERS0010	ENTR. RSC-453 (P/ FARROUPILHA) - BARRACAO	0,00	4,28	4,28	PAV
444ERS0030	ENTR. RSC-470(B) (P/ GARIBALDI) - ACESSO A SUVALAN	13,35	20,57	7,22	PAV
444ERS0040	ACESSO A SUVALAN - ACESSO A MONTE BELO DO SUL	20,57	26,21	5,64	PAV
444ERS0050	ACESSO A MONTE BELO DO SUL - SANTA TEREZA	26,21	40,74	14,53	PAV
444ERS9020	ENTR. ERS-444 - SUVALAN	0,00	1,26	1,26	PAV
444ERS9030	ENTR. ERS-444 - MONTE BELO DO SUL	0,00	2,05	2,05	PAV
446ERS0010	ENTR. ERS-122 (P/ SAO VENDELINO) - ACESSO A SAO VENDELINO	0,00	0,92	0,92	PAV
446ERS0020	ACESSO A SAO VENDELINO - ENTR. RSC-470 (CARLOS BARBOSA)	0,92	14,84	13,92	PAV
448ERS0020	NOVA ROMA DO SUL - VILA SAO MARCOS	15,96	51,00	35,04	PAV
448ERS0030	VILA SAO MARCOS - ENTR. RSC-453 (P/ FARROUPILHA)	51,00	54,82	3,82	PAV
452ERS0010	ENTR. ERS-122 (P/ BOM PRINCIPIO) - FELIZ	0,00	5,44	5,44	PAV
452ERS0020	FELIZ - ENTR. VRS-826 (P/ ALTO FELIZ)	5,44	9,53	4,09	PAV
452ERS0030	ENTR. VRS-826 (P/ ALTO FELIZ) - ENTR. BRS-116 (NOVA PALMIRA)	9,53	27,52	17,99	PAV
453RSC0180	ACESSO A CARAVAGGIO - ENTR. ERS-122(A) (P/ FARROUPILHA)	27,52	121,41	2,02	DUP
453RSC9145	ENTR. RSC-453 - NOSSA SENHORA DO CARAVAGGIO	0,00	6,16	6,16	PAV
453RSC9150	ENTR. RSC-453 - CAXIAS DO SUL	0,00	5,51	5,51	PAV
453RSC9175	ENTR. RSC-453 - CORONEL PILAR	0,00	11,41	11,41	PAV
453RSC9180	ENTR. RSC-453 - BOA VISTA DO SUL	0,00	2,28	2,28	PAV
470RSC0470	ENTR. ERS-446 (CARLOS BARBOSA) - BARÃO	233,39	245,39	12,00	PAV
470RSC0473	BARÃO - SÃO PEDRO DA SERRA	245,39	254,83	9,44	PAV
470RSC0474	SÃO PEDRO DA SERRA - SALVADOR DO SUL	254,83	256,31	1,48	PAV
470RSC0475	SALVADOR DO SUL - ENTR. RSC-287(A)/ERS-124(A)/240 (MONTENEGRO)	256,31	288,65	32,34	PAV
813VRS0015	FARROUPILHA (FIM TRV-MUN) - DESVIO BLAUTH	1,60	8,42	6,82	PAV
813VRS0030	DESVIO BLAUTH - ENTR. RSC-470 (GARIBALDI)	8,42	16,44	8,02	PAV
814VRS0010	ENTR. ERS-122 (FLORES DA CUNHA) - NOVA PADUA	0,00	12,29	12,29	PAV
815VRS0010	ENTR. BRS-116 (SAO MARCOS) - CRIUVA	0,00	16,94	16,94	PAV
826VRS0010	ENTR. ERS-452 (FELIZ) - ALTO FELIZ	0,00	7,29	7,29	PAV
827VRS0010	ENTR. BRS-116 (P/ CAXIAS DO SUL) - ENTR. VRS-842 (LINHA TEMERARIA)	0,00	6,29	6,29	PAV
829VRS0020	ENTR. RSC-453 (P/ CAXIAS DO SUL) - FAZENDA SOUZA	2,35	7,10	4,75	PAV
831VRS0010	ENTR. ERS-122 (NOSSA SENHORA DA SAUDE) - SANTA JUSTINA	0,00	12,37	12,37	PAV
855VRS0010	SAO PEDRO - PINTO BANDEIRA (INICIO TRV-MUN)	0,00	18,08	18,08	PAV
864VRS0010	ENTR. ERS-122 (VILA FORQUETA) - MATO PERSO	0,00	16,40	16,40	PAV
875VRS0010	FLORES DA CUNHA - DISTRITO DE NOVA ROMA	0,00	2,70	2,70	PAV
				400,79	

Fonte: DAER-RS, 2011.



4.2.1. Impactos da Restauração e Manutenção de Rodovias

Conforme registro anterior, os Contratos CREMA tem baixo impacto sobre a população do entorno, em função de não avançar sobre a faixa de domínio na maioria dos trechos. Naqueles casos onde houver necessidade de implementação de 3ª faixa ou intersecções, já está prevista a atuação de empresa contratada de supervisão que realizará todos os levantamentos necessários para indicar a existência de ocupação das faixas, seja por unidades habitacionais ou por atividades comerciais, indígenas ou não, ou por outras, e propor mecanismos de compensação a serem discutidos com o DAER e submetidos, de acordo com as necessidades, às comunidades afetadas.

Nesse sentido é importante registrar que durante o primeiro semestre de 2011 a Superintendência da Faixa de Domínio do DAER solicitou a todas as suas Superintendências Regionais (instâncias administrativas descentralizadas) um levantamento sobre a ocupação das faixas de domínio.

Essa verificação teve origem em solicitação da Procuradoria Geral do Estado visando evitar ações do Ministério Público Federal em relação a acidentes ocorridos nas rodovias que venham potencializar a vulnerabilidade dos povos ocupantes das faixas de domínio, especialmente os indígenas.

Esse levantamento resultou na identificação de acampamentos indígenas em cinco Superintendências:

2ª Superintendência Regional – região de Bento Gonçalves;

11ª Superintendência Regional – região de Lajeado;

13ª Superintendência Regional – região de Erechim;

16ª Superintendência Regional – região de Osório;

17ª Superintendência Regional – região de Palmeira das Missões.

Esse levantamento está documentado com fotos do trecho das rodovias onde foi detectado o comércio indígena, com ou sem sinalização adequada. Na maior parte dos casos, principalmente nas regiões de Bento Gonçalves e Osório trata-se de ocorrência sazonal, em épocas específicas do ano, em datas como Páscoa e festas de final de ano.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Mapa 1 – Acampamentos indígenas em faixas de domínio de rodovias estaduais, segundo as Superintendências Regionais do DAER-RS



Fonte: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER-RS, 2011.

O primeiro Lote definido para o Programa CREMA é o da região de Bento Gonçalves onde foi verificada a existência de comércio indígena sazonal próximo ao viaduto de acesso à cidade.

Cabe reafirmar, em razão disso, que a intervenção proposta não afeta diretamente essa população em função do local que está ocupando; no entanto, naqueles casos onde haja a necessidade de transferência temporária para outro local, até que as benfeitorias sejam concluídas, a abordagem será feita de acordo com as Políticas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Operacionais acordadas com o Banco para a matéria, materializadas nas diretrizes constantes do Marco dos Povos Indígenas e no Marco da Política de Reassentamento Involuntário.

Também é importante salientar que durante a execução das obras de Restauração e Manutenção serão utilizadas as pedreiras e usinas de asfalto já existentes, sem gerar novos impactos sócio-ambientais, pois são espaços já consolidados nesse sentido.

4.3. SETOR 3: EDUCAÇÃO

Segundo o Censo Populacional apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Rio Grande do Sul conta com uma população total de 10.695.532 habitantes; desses 3.105.241 têm até 20 anos e 18,1% (562.390) estão matriculados em escolas estaduais conforme o Censo Escolar 2010.

As escolas existentes hoje basicamente suprem a necessidade de vagas da população gaúcha, não sendo necessários investimentos de monta para construção de novas escolas, a não ser em alguns casos pontuais. No entanto, o mesmo não se pode dizer em relação às condições físicas desses ambientes e com relação aos equipamentos e instrumentos que oferecem para a efetivação com qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

As três principais atividades da Secretaria Estadual da Educação - SEDUC incluídas no Programa SWAP do Rio Grande do Sul a ser financiado pelo Banco Mundial foram: (i) modernização tecnológica (tecnologia da informação e comunicação - TIC) na educação); (ii) qualificação do espaço escolar da rede estadual (reformas e construções); e (iii) Sistema Estadual Articulado de Avaliação Participativa (SEAAP). A recuperação física das escolas é um dos passos iniciais para um projeto de qualificação da educação pública no RS. Não serão possíveis avanços significativos no desempenho dos alunos caso o espaço escolar não esteja em condições de atender projetos inovadores que venham ao encontro das necessidades apontadas pela comunidade escolar, na direção da sociedade do conhecimento. Para tal se faz necessário não apenas a recuperação física das escolas, como também sua adequação para sustentar o uso de novas tecnologias.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Para inserir as novas gerações no mundo digital, inclusive estimulando sua capacidade de “aprender a aprender” por meio das TIC, é preciso oferecer condições para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem, permitindo aos alunos e professores acesso de qualidade às novas formas de comunicação, informação e produção.

A SEDUC quer generalizar o uso das TIC no processo de ensino-aprendizagem. A maioria das escolas da rede estadual dispõe de laboratórios de informática, no entanto, os equipamentos precisam de atualizações no período aproximado de cada 3 anos. Os laboratórios atuais, em muitos casos, estão instalados em salas de aula que não foram adaptadas adequadamente, não há computadores nas salas de aula para uso do professor ou dos alunos e muitos professores não são preparados para o uso das TIC.

A SEDUC propõe mitigar este problema através das seguintes atividades:

- a) *Manutenção, atualização e inventário dos laboratórios de informática:* (i) diagnóstico da situação dos laboratórios das escolas da rede estadual; (ii) compra e distribuição de equipamentos para cerca de 560 escolas em um período de dois anos; (iii) implantação de um sistema de manutenção preventiva.
- b) Projeto Província de São Pedro: projeto-piloto de um computador por aluno para 160 mil alunos, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, de 270 escolas da rede estadual. As regiões priorizadas são: (i) fronteira com o Uruguai, e (ii) Região Metropolitana de Porto Alegre, nas áreas do Território da Paz.
- c) Programa TIC Ensino Médio: laboratórios de informática móveis, cobrindo 580 escolas de ensino médio da rede estadual de um total de 1053 escolas.
- d) Reestruturação dos Núcleos de Tecnologia Educacional – NTEs: dotar cada NTE com uma equipe de cinco profissionais (atualmente alguns dos 30 NTEs existentes contam com somente um profissional). O NTE deverá realizar um levantamento de alunos com necessidades especiais para a criação de salas multifuncionais, utilizando as TIC.
- e) Convênios entre Universidades e Institutos Técnicos para a formação de professores: parcerias entre os NTEs e instituições locais de ensino superior visando definir ações conjuntas de planejamento, acompanhamento e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

superação das necessidades de formação, fomentando cursos e seminários de boas práticas no uso das TIC para a educação.

Os potenciais benefícios que as tecnologias digitais podem aportar dependem, em grande medida, das mudanças didático-pedagógicas que a elas se associam. A definição de parâmetros às novas competências que podem ser estimuladas com o uso de informática educativa no ambiente escolar necessitam de instrumentos de avaliação adequados para captá-las, sem, no entanto, invalidar sua importância no cenário de predomínio da cultura digital nas mais diversas expressões da sociedade. Esses potenciais benefícios, no universo de complexidade das condições físicas das escolas, exige harmonização de ações no aspecto de qualificação dos espaços físicos e constituição de estrutura tecnológica no ambiente escolar que fortaleça o uso dos laboratórios de informática em atividades preparadas para tal fim, e também constitua estrutura tecnológica que propicie uso flexível de recursos digitais e computadores móveis, redefinindo a configuração da presença de computadores nas atividades didático-pedagógicas.

O diagnóstico da situação dos laboratórios das escolas da rede estadual será realizado mediante o acompanhamento da comunidade escolar, potencial interessada na melhoria das condições desses espaços.

Em especial o Projeto Província de São Pedro é voltado a escolas detentoras de características especiais, no seguinte sentido:

- fronteira com o Uruguai, região bilíngüe, onde as relações de parentesco e culturais não tem fronteiras;
- Territórios da Paz na Região Metropolitana de Porto Alegre, regiões encravadas nas áreas de maior vulnerabilidade do município, com grande incidência de violência e uso de drogas principalmente entre os jovens.

Dessa forma, a implantação do Projeto nessas áreas tem impacto significativo do ponto de vista social.

4.3.1. Qualificação do Espaço Escolar do Rio Grande do Sul

Nas modalidades de Educação Básica e Especial, compreendendo o Ensino Médio e a Educação Profissional, o Rio Grande do Sul conta com 2.554 (25,95%)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

estabelecimentos de ensino distribuídos nas diversas Coordenadorias Regionais de Educação; compõem a rede de ensino, ainda, os estabelecimentos municipais, federais e particulares, que representam, respectivamente 51;40% (5.058), 0,32% (31) e 22,34% (2.198).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Quadro 2: Estabelecimentos de Ensino do RS segundo a Etapa/Modalidade de Ensino, agrupados por Coordenadoria Estadual de Educação - CRE - ano-base 2010

CRE	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL REAL
1ª CRE	223	69	12	27	253
2ª CRE	160	80	10	6	174
3ª CRE	82	41	4	4	90
4ª CRE	114	51	3	11	122
5ª CRE	115	50	11	5	125
6ª CRE	108	41	1	10	109
7ª CRE	111	54	7	11	122
8ª CRE	93	53	5	11	106
9ª CRE	41	20	4	3	45
10ª CRE	59	25	3	6	64
11ª CRE	96	38	6	9	103
12ª CRE	79	37	9	1	86
13ª CRE	63	23	6	5	70
14ª CRE	37	21	5	2	40
15ª CRE	108	50	4	7	114
16ª CRE	74	33	3	4	77
17ª CRE	73	30	6	3	80
18ª CRE	38	17	4	7	41
19ª CRE	55	23	2	19	57
20ª CRE	82	33	6	5	88
21ª CRE	72	26	7	8	74
23ª CRE	29	13	1	1	31
24ª CRE	47	19	2	2	51
25ª CRE	50	26	6	0	50
27ª CRE	76	32	2	2	79
28ª CRE	86	58	7	8	89
32ª CRE	50	21	4	4	55
35ª CRE	35	18	3	3	35
36ª CRE	56	24	4	0	62
39ª CRE	57	27	3	1	62
REDE ESTADUAL	2.369	1.053	150	185	2.554
REDE FEDERAL	3	20	26	0	31
REDE MUNICIPAL	3.714	25	7	85	5.058
REDE PARTICULAR	455	333	211	180	2.198
TOTAL DO ESTADO	6.541	1.431	394	450	9.841

Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2010

Nota: O Total Real de Escolas não corresponde ao somatório das etapas e/ou modalidades de ensino, pois o mesmo estabelecimento poderá oferecer mais de uma etapa e/ou modalidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A qualificação do espaço escolar da rede estadual, por meio de reformas e construções foi uma das três principais atividades da Secretaria Estadual da Educação - SEDUC incluídas no Programa SWAP do Rio Grande do Sul a ser financiado pelo Banco Mundial.

Para a qualificação do espaço escolar a SEDUC identificou 1.500 escolas da rede estadual para as quais as Coordenadorias Regionais de Educação – CREs fariam um levantamento de informações para integrar o Plano de Necessidades de Obras (PNO). Antes mesmo da conclusão do Plano foram elencadas 65 escolas com demandas específicas em reparações, ampliações e construções.

As escolas cuja intervenção foi priorizada foram selecionadas pelos seguintes critérios:

- precariedade; que considera o estado geral do prédio principal da escola, pela fragilidade e depreciação das estruturas;
- degradação parcial; quando parte das instalações está deteriorada, necessitando de melhorias em determinados espaços, como quadras, bibliotecas, cozinhas e refeitórios;
- demanda por vagas que necessitem de ampliação de espaços para atender às comunidades demandantes do entorno por matrículas.

Além dessas 65 foram identificadas 4 escolas indígenas com demandas das aldeias no que se refere a construções e melhorias nas escolas.

Os critérios técnicos para esse indicativo foram institucionais, tendo sido o resultado do cruzamento de variáveis tais como:

- contemplar os povos kaingang e Guarani (duas escolas em cada povo);
- priorizar escolas situadas em comunidades com posse efetiva e sem litígios de terra;
- haver necessidade de espaço físico para as atividades educativas em curso e futuras;
- excluir escolas que têm outros projetos de obras em andamento (como exemplo, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE);
- priorizar escolas situadas em comunidades com população e público estudantil significativos no contexto de cada povo;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

- não existirem disputas internas significativas na comunidade;
- priorizar comunidades onde suas lideranças tenham manifestado necessidade de obras escolares durante o ano de 2011.

Em todas as escolas priorizadas para o desenvolvimento de ações de qualificação, seja de reforma, ampliação ou construção, as obras serão realizadas no espaço existente, ou seja, não haverá aquisição de novas áreas ou transferência das instalações para outro local. Como trata-se de espaços públicos consolidados no desenvolvimento de atividades educacionais não apresenta necessidade de realização do Plano de Assentamento para cada uma das intervenções previstas, uma vez que não haverá população realocada, mesmo que temporariamente.

Na sequência está demonstrada a distribuição dessas escolas nas Coordenadorias Regionais de Educação correspondente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Quadro 3: Número de escolas selecionadas para execução imediata das obras de melhoria, ampliação e construção, segundo a Etapa/Modalidade de Ensino, agrupados por Coordenadoria Estadual de Educação - CRE

CRE	Nº MUNICÍPIOS	Nº ESCOLAS SEGUNDO A TIPOLOGIA				TOTAL ESCOLAS
		FUNDAM	FUND INDIG	MEDIO	FUND MEDIO	
1ª	1	6	1	1	1	9
2ª	2	1	1			2
3ª	3	1		2		3
4ª	3	2			4	6
5ª	3				3	3
6ª	1	1				1
7ª	2			1	1	2
8ª	2	2				2
10ª	1	1				1
11ª	3			1	2	3
12ª	5				5	5
14ª	3	2			2	4
15ª	1		1			1
16ª	3	2			1	3
17ª	1	1				1
18ª	2	2				2
20ª	2	1			1	2
21ª	2	1			2	3
23ª	1			1		1
24ª	1				2	2
25ª	1				1	1
27ª	1	1				1
28ª	4		1	1	3	5
32ª	2				3	3
35ª	2	1			1	2
36ª	1	1				1
TOTAL	53	26	4	7	32	69

Fonte: Secretaria Estadual da Educação – SEDUC, 2011.

4.3.1.1. Consultas sobre a qualificação do espaço escolar em escolas estaduais

Sobre a qualificação do espaço escolar, excetuando-se as escolas indígenas, foi consensuada uma consulta às escolas selecionadas quanto às melhorias propostas, no sentido de avaliar o quanto os principais agentes dessa ação estão participando do planejamento e implementação dos projetos e se a formatação atende às demandas apresentadas.

A metodologia adotada foi a consulta direta aos Conselhos Escolares, por meio de reunião com representantes de todos os segmentos integrantes desse fórum.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Os Conselhos Escolares são constituídos pela Direção da escola e comunidade escolar, representada pelo conjunto de alunos, pais e responsáveis por alunos, membros do Magistério e demais servidores públicos em efetivo exercício na unidade escolar. Tem funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora constituindo-se no órgão máximo de discussão ao nível de escola. Todos os segmentos existentes na comunidade escolar devem estar representados no Conselho Escolar, assegurada a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) para pais e alunos e 50 % (cinquenta por cento) para membros do Magistério e servidores.

Dessas 65 escolas foram escolhidas 14 escolas de 7 Coordenadorias Estaduais de Educação para realização das reuniões; segundo o cronograma de realização apresentado na sequencia.

Quadro 4: Cronograma de realização de consultas junto aos Conselhos Escolares das escolas selecionadas, agrupados por Município e Coordenadoria Estadual de Educação - CRE

CRE	Município	Nome da Escola	Data
1ª	POA	EEEF Maria Cristina Chiká	07/11
1ª	POA	EEEF Tancredo Neves	09/11
6ª	Santa Cruz do Sul	EEEM Nossa Senhora da Esperança	08/11
6a	Rio Pardo	EEEM Biagio Soares Tarantino	09/11
14ª	Santo Angelo	IE Adão Felipe Pippi	08/11
13ª	Bagé	EEEF Madre Catarina Lepori	09/11
13ª	Bagé	EEEF Sen. Getulio Vargas	07/11
13ª	Dom Pedrito	EEEF Alzira Barcellos	09/11
28ª	Viamão	EEEM Adônes dos Santos	09/11
28ª	Cachoeirinha	EEEM Osvaldo Camargo	10/11
23ª	Vacaria	IEE Irmão Getúlio	09/11
23ª	Muitos Capões	EEEM Francisco Guerra	10/11
16ª	Veranópolis	EEEF Profa Virginia Bernardina	08/11
16ª	Bento Gonçalves	IEE Cecilia Meireles	10/11

Fonte: Secretaria Estadual da Educação – SEDUC, 2011.

4.3.1.2. Planejamento das ações em escolas indígenas

No tocante às escolas indígenas acordou-se que o planejamento e a execução das atividades previstas seguirão o estabelecido no Marco dos Povos Indígenas, cujas diretrizes estão registradas no Anexo a este documento.

O Grupo de discussão estabelecido para esta temática contou com a participação de representantes dos seguintes Órgãos estaduais:

- Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã;
- Secretaria da Educação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

- Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano;
- Coordenação Executiva do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, vinculada à Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

Como pode ser verificado no Quadro 1, o Estado conta com 9.841 estabelecimentos de ensino, sendo que a rede estadual compreende 2.554 escolas distribuídas no território do RS. Segundo os dados preliminares do Censo Escolar 2011 existem 74 estabelecimentos de ensino indígenas no RS; sendo 68 escolas integrantes da rede estadual (mais quatro que não apareceram nos dados do Censo); a rede municipal compreende 6 escolas, conforme a distribuição apresentada na sequência.

Quadro 5: Escolas Indígenas do RS, agrupadas por Coordenadoria Estadual de Educação - CRE - ano-base 2011

COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO	Nº DE ESCOLAS INDÍGENAS	Nº DE MUNICÍPIOS
1ª CRE	4	1
2ª CRE	1	1
3ª CRE	1	1
4ª CRE	1	1
7ª CRE	9	7
9ª CRE	2	1
11ª CRE	4	4
12ª CRE	4	3
13ª CRE	1	1
14ª CRE	1	1
15ª CRE	9	6
20ª CRE	10	6
21ª CRE	13	3
24ª CRE	1	1
28ª CRE	3	1
39ª CRE	4	3
REDE ESTADUAL	68	41
7ª CRE	1	1
15ª CRE	1	1
20ª CRE	1	1
21ª CRE	1	1
39ª CRE	2	2
REDE MUNICIPAL	6	6
TOTAL DO ESTADO	74	47

Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2011 (Dados Preliminares)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Do total de escolas estaduais indígenas, 48 delas estão localizadas em áreas dos povos kaingang e 24 junto ao povo Guarani e atendem em torno de 5.790 estudantes do Ensino Fundamental, sendo 10% de guaranis e o restante de kaingang.

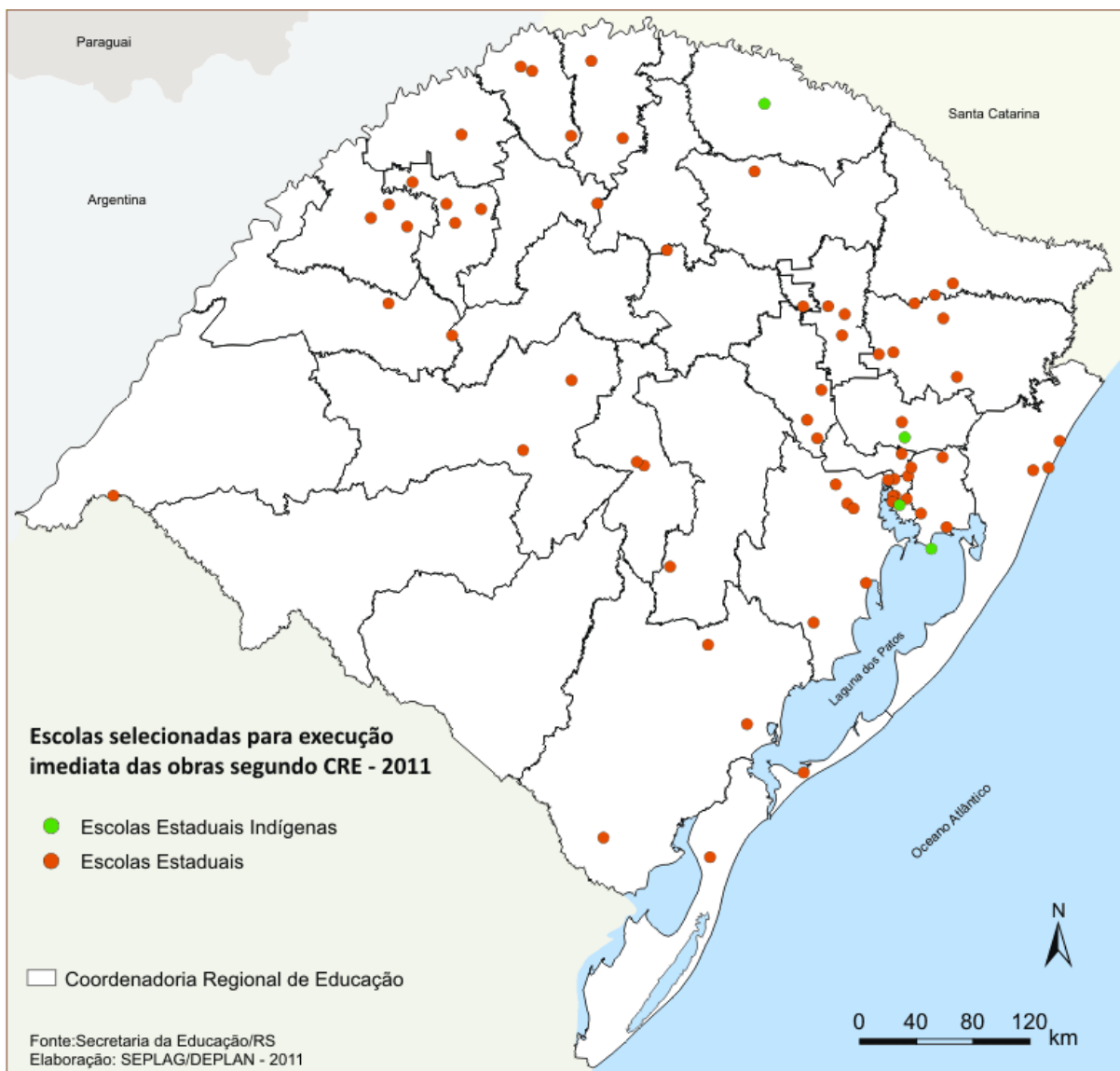
As 4 escolas indígenas incluídas no programa de atividades de qualificação do espaço escolar da rede estadual no Programa SWAP do Rio Grande do Sul estão localizadas nos municípios de Erebangó, Viamão, São Leopoldo e Porto Alegre, integrantes da 15ª, 28ª, 2ª e 1ª CREs, respectivamente, sendo duas vinculadas aos kaingang e duas aos guarani.

A distribuição no território do Rio Grande do Sul das 4 escolas indígenas mais as 65 escolas não indígenas já selecionadas do total de 1.500 encontra-se representada a seguir.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Mapa 2 – Escolas selecionadas para execução imediata das obras distribuídas por Coordenadoria Estadual da Educação – CRE



4.3.2. Impactos sobre as comunidades afetadas com a qualificação do espaço escolar em escolas estaduais

As intervenções previstas nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio do Estado do Rio Grande do Sul podem ser consideradas como demandas históricas da comunidade escolar, considerando o grau de precariedade verificado no conjunto dos espaços educacionais estaduais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

No caso específico das escolas prioritizadas o processo formal teve início em março de 2011 e se estendeu até junho deste ano, durante a preparação do Plano Plurianual 2012-2015. As reuniões foram realizadas em três etapas, partindo do núcleo institucional da SEDUC juntamente com as CREs até chegar à consolidação final. A etapa intermediária compreendeu a discussão na escola, espaço que congrega os beneficiários diretos dos projetos.

As consultas às comunidades escolares foram realizadas por meio de convocação de reunião extraordinária do Conselho Escolar e foram pautadas pelo seguinte.

Inicialmente houve uma apresentação formal do projeto de melhorias na escola, e abertura de espaço para manifestações dos participantes quanto aos seguintes pontos: (i) a construção do projeto contou com a participação da comunidade escolar? (ii) o projeto apresentado atende às necessidades da comunidade escolar? (iii) há necessidade de reformulação ou sugestões de melhoria a serem consideradas? (iv) que mecanismos são sugeridos para o acompanhamento da execução do projeto? (v) qual fórum/comissão será encarregado do acompanhamento da execução?

Consolidando os relatórios das consultas percebe-se que em sua totalidade foi entendido que houve participação da comunidade na construção do projeto; mesmo que a maioria tenha manifestado que o projeto atende às necessidades, algumas sugestões de melhoria foram apresentadas buscando sua qualificação. A maior parte também entendeu que a melhor forma de acompanhamento das obras é a constituição de uma Comissão composta por representante do Conselho Escolar, do Conselho de Pais e Mestres - CPM, da Coordenadoria Estadual da Educação – CRE e da Coordenadoria Regional de Obras – CRO.

As consultas apresentaram todos os registros necessários, como ata, identificação dos participantes, com assinatura, e da escola onde foram realizadas.

Por essa pequena amostragem percebe-se um impacto positivo das ações propostas sobre a comunidade envolvida.

O que pode ser apontado como impacto negativo no caso é a frustração das expectativas quanto ao atendimento das demandas apresentadas, caso ocorra, o que será minimizado quando da apresentação dos projetos de readequação para a comunidade escolar.



Nesse sentido, o grau de agregação das sugestões apresentadas é que definirá a maior ou menor aceitação do projeto.

4.3.3. Impactos sobre as comunidades afetadas com a qualificação do espaço escolar em escolas estaduais indígenas

As melhorias, ampliações ou construções previstas para as escolas indígenas partiram de demandas dos povos indígenas a elas relacionadas e a adequação dos projetos está sendo discutida com as quatro comunidades envolvidas.

Assim, os impactos negativos a serem considerados é o fato das obras, quando da execução, permitirem a circulação, nas áreas indígenas, de trabalhadores da construção civil externos ao ambiente; o acompanhamento dessas obras deverá garantir o respeito à cultura e os valores e evitar o contato além do necessário para a realização das atividades previstas. Não é previsto impacto ambiental por tratar-se de espaços antropizados.

Os benefícios se referem à consolidação da modalidade educação indígena com espaços educativos permanentes e adequados, com maior liberdade pedagógica para utilização de línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem.

Também pode ser considerado como ganho para as comunidades é a garantia de realização de um processo de consulta livre, prévia e informada, em todas as intervenções com potenciais impactos sobre os Povos Indígenas e a participação no monitoramento das ações previstas.

Assim, foi firmado o compromisso em relação à implementação de ações somente a partir da aprovação das comunidades afetadas e que seu monitoramento e avaliação serão efetivados a partir da plenária e comissões do Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPI.



4.4. SETOR 4: LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES

O PROREDES BIRD apoiará a criação de um Sistema Integrado Eletrônico de Licenciamento (SIRAM), a introdução de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e, também, a elaboração do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Risco de Desastres.

4.4.1. Manejo Ambiental.

O projeto busca assistência técnica para criar um sistema integrado eletrônico de licenciamento (SIRAM), para melhorar o monitoramento e o controle do uso da terra (capa vegetativa, concessões de extração de madeira, direitos para manejo de aquíferos, etc.). Também apoiará a introdução de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) em áreas de alta biodiversidade e potencial de crescimento econômico com o objetivo de melhorar a representatividade na tomada de decisões, o qual incluirá a preparação de uma base de dados cartográfica atualizada e apoio para negociações sobre o uso da terra e consultas públicas. O ZEE será foco de ordenamento do território no nível estadual para promoção da sustentabilidade dos recursos naturais e da paisagem. Atividades no âmbito deste projeto deverão conduzir a impactos positivos sobre os habitats naturais, através da identificação de áreas críticas naturais. O processo de zoneamento não tem qualquer impacto ambiental negativo e, portanto, não requer supervisão especial ou apoio a este respeito.

Deslocamento populacional involuntário ou impactos negativos nos meios de subsistência não estão previstos na escala do macrozoneamento (1:100.000). Nas áreas foco onde o microzoneamento será implementado (1:25.000) não é previsto reassentamento involuntário no curto e no médio prazos.

Na preparação do ZEE, múltiplas consultas serão organizadas pela Secretaria do Meio Ambiente - SEMA com os governos locais e organizações da sociedade civil em diferentes níveis, a fim de identificar as prioridades e ações necessárias para atingir os resultados esperados. Ao mesmo tempo, a SEMA vai implementar um sistema on-line das contas públicas para facilitar o controle público das ações do governo. Com base nessas consultas as áreas de zoneamento serão definidas, e os potenciais impactos negativos e as medidas de mitigação serão identificadas e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

acordadas, bem como um plano para consultas periódicas, conforme a implementação do ZEE progredir.

No caso em que o Zoneamento Ecológico-Econômico venha a causar restrições ao acesso a recursos naturais em zonas legalmente definidas (ou áreas protegidas) e / ou impactos sociais ou econômicos, o Manual Operativo definirá qual será o instrumento de reassentamento adequado (Marco de Reassentamento Involuntário ou um Marco de Processo de Reassentamento Involuntário) e os arranjos institucionais adequados para preparar e monitorar a implementação do ZEE. Nesse caso, o projeto apoiará a SEPLAG na elaboração dos instrumentos de salvaguardas respectivos.

4.4.2. Manejo de Riscos e Desastres

A atividade deste componente será a de apoiar o RS na elaboração da política de Manejo de Riscos e Desastres.

O desenvolvimento de uma política de Manejo de Riscos e Desastres beneficiará toda a população, incluindo os setores mais pobres e, entre estes, as áreas indígenas.

Como parte da implementação do projeto se desenvolverá a preparação da política em forma participativa, com a realização de oficinas interdisciplinares com a presença de todos os segmentos representados.

Dentro da implementação também se prevê a constituição de um Comitê Técnico Interinstitucional, que preparará o conteúdo técnico da política e o submeterá aos diversos agentes e instâncias envolvidas, dos níveis federal, estadual e municipal, bem como de universidades e organizações não governamentais.

Um dos grupos temáticos a ser estabelecido durante a preparação da política será responsável pela discussão do tema de reassentamento involuntário para unidades sociais e atividades econômicas localizadas em áreas de alto risco e a consequente elaboração de um Marco da Política de Reassentamento Involuntário. O Marco da Política de Reassentamento Involuntário do Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – PROREDES BIRD – será usado como referência.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação social do Programa SWAP do Rio Grande do Sul a ser financiado pelo Banco Mundial debruçou-se sobre os potenciais impactos positivos e negativos a serem gerados com a sua implementação.

Para sua realização foram criados Grupos de Trabalho encarregados de ampliar a discussão dos temas propostos, bem como propor soluções para as questões apresentadas.

Tais Grupos, registrados no início deste documento, serão mantidos durante a execução com o objetivo de monitorar a adequação das estratégias adotadas.

Internamente se buscou outras formas de contribuir para a avaliação social do Projeto SWAP do RS; nesse sentido já foi feita uma primeira reunião com os Coordenadores Regionais da Participação vinculados à SEPLAG e sediados nas diversas regiões do RS para, juntamente com as Setoriais dos Órgãos envolvidos (como as de educação, obras públicas e DAER) identificar e atuar em potenciais focos de conflito nas áreas onde haverá intervenção. Esses coordenadores, como são oriundos das regiões onde estão sediados, conhecem as lideranças locais e podem auxiliar os agentes institucionais, como prefeituras e conselhos.

Outra ação agendada foi a apresentação do Projeto SWAP do RS no Seminário de Integração SEPLAG e Conselhos Regionais de Desenvolvimento, que contou com a participação do Fórum dos COREDES (representantes de todas as regiões) e dos Coordenadores Regionais da Participação, no dia 10 de novembro de 2011. A idéia era colocar o Projeto para conhecimento dos fóruns regionais de planejamento, podendo vir a contribuir para a definição dos instrumentos a serem utilizados para acompanhamento e controle social do Projeto.

O Projeto teve uma apresentação formal e até pode-se dizer detalhada, pois foi falado sobre objetivos gerais, custos, executores e coexecutores, componentes, projetos, etapas já cumpridas e a cumprir.

Nas manifestações surgiram questionamentos pontuais sobre a abrangência de cada um dos projetos e a forma de inclui-los em uma ou outra região.

Houve posicionamento positivo quanto à inclusão de obras nas escolas estaduais no rol de investimentos previstos, considerando essa ser uma necessidade premente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Outra manifestação positiva foi em relação aos projetos de incentivo à inovação tecnológica e à recuperação de rodovias, sendo que ambos foram questionados quanto a sua localização, de forma a ter um espectro maior de benefícios.

O que pode ser apontado como bastante positivo foi essa iniciativa de divulgação ampla do que está sendo proposto, o que deverá permitir a ampliação da discussão.

O que poderá gerar um impacto negativo, a exemplo do que foi dito em relação às escolas, é a não concretização da operação, fazendo com que o Estado deixe de investir nas áreas selecionadas, por insuficiência de recursos.

Os processos de consulta junto às comunidades indígenas, com indicativo prévio para obras selecionado pela equipe técnica da SEDUC, ocorreram entre os dias 31 de outubro e 18 de novembro de 2011.

As reuniões de consulta foram realizadas em espaços comunitários situados nas terras indígenas com participação aberta a todos os integrantes dos povos e comunidades ali estabelecidos, contemplando as questões geracionais e de gênero.

A metodologia utilizada para consulta às comunidades foi a da explanação geral sobre o convênio em tramitação pela SEDUC e apresentação do projeto de obra para as escolas indígenas pela SOP. As manifestações de lideranças, professores e demais integrantes das comunidades a respeito da proposição aconteceram espontaneamente, sendo acatadas as decisões tomadas por consenso.

A cada consulta, as sugestões surgidas foram sendo incorporadas ao projeto de obra como decisões consensuadas, pois não houve divergências nem objeções de qualquer das quatro comunidades quanto ao projeto de obra. Sendo assim, o mesmo projeto será desenvolvido, com variação apenas quanto ao número de salas de aula. E as inovações incorporadas a partir da consulta contemplam a todos.

No que diz respeito a questões específicas das consultas realizadas, chegou-se às seguintes proposições:

Consulta de 31/10/2011 Anhetengúá (Povo Guarani)

A comunidade Guarani aprovou o projeto por considerar que a escola indígena deve ser bem estruturada em termos de construção, como ocorre com a maior parte das escolas não indígenas. Escolheram o projeto que conta com seis salas de aula e solicitaram que uma das mesmas seja



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

adaptada ao atendimento da Educação Infantil, incluindo sanitários adaptados. Gostaram da área de pátio coberto para realização de reuniões comunitárias no verão, ressaltando que uma das salas de aula (de maior dimensão) possa ser utilizada como espaço eventual para reuniões no inverno. Consideraram importante o prédio térreo, por sua consonância com as edificações indígenas. Definiram o espaço físico para a obra em um terreno plano e sem árvores, situado próximo às residências indígenas mas com bastante espaço em seu entorno. A terra indígena conta com dez hectares e trinta e duas famílias.

Consulta de 02/11/2011 Por Fi Ga (Povo Kaingang)

A comunidade Kaingang aprovou o projeto, ressaltando a extrema precariedade do espaço físico da escola atual. Ressaltaram que o prédio com telhado em duas águas respeita a arquitetura das casas tradicionais kaingang. Reiteraram a necessidade de sala adaptada à Educação Infantil e que sua demanda é de atendimento também ao Ensino Fundamental de nove anos na escola indígena para que as crianças e jovens sejam educados em sua cultura sendo, portanto, necessária uma escola com seis salas de aula e demais espaços pedagógicos. Definiram um terreno situado atrás da área de preservação (mata e nascentes) sem interferir na mesma, utilizado eventualmente para plantios, pois no espaço de moradia não há mais espaços vagos para uma obra dessa dimensão. A comunidade conta com um total de 2,5 hectares de terra onde residem trinta famílias. Ficam definidos, assim, um hectare para moradia, um hectare para preservação e meio hectare para a escola.

Consulta de 11/11/2011 Nhuundy (Povo Guarani)

A comunidade Guarani considerou muito importante sua inclusão no Convênio com o Banco Mundial. Ressaltaram que, embora sua escola atual tenha uma boa estrutura física, é insuficiente para o atendimento da demanda atual, sendo necessário dividir as salas de aula para o atendimento das turmas. Como é a única comunidade indígena que conta



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

com atendimento de Ensino Médio, solicitaram a inclusão dos equipamentos exigidos pelo Conselho Estadual de Educação para autorizar o funcionamento desse nível de ensino; no caso, Laboratório de Ciências, sala de estudos para professores e quadra poliesportiva coberta. Necessitam do prédio com seis salas de aula e demais espaços pedagógicos e administrativos. Lembraram a possibilidade de placas solares para captação de energia limpa; e a instalação de cisternas de captação de água da chuva para utilização na limpeza do prédio, uma vez que toda a comunidade se abastece de água subterrânea proveniente de poços artesianos. Consideraram importante a inclusão da sala de Educação Infantil. Têm grande expectativa de que a obra se concretize. Indicaram terreno plano, não utilizado, sem árvores, nos fundos da escola atual, para realização da obra. A comunidade conta com sete hectares, habitados por trinta e quatro famílias.

Consulta de 17/11/2011 Ventarra (Povo Kaingang)

A comunidade Kaingang aprovou por unanimidade o projeto de seis salas. Necessitam de espaço semelhante ao definido para Nhuundy, pois atendem ao Ensino Fundamental de nove anos e postulam o Ensino Médio. Possuem vários professores indígenas cursando Licenciaturas. Necessitam mais salas de aula, Laboratórios de Ciências e de Informática, sala de Educação Infantil e quadra poliesportiva coberta. A comunidade conta com sessenta e cinco famílias que sobrevivem da agricultura mecanizada efetivada com máquinas agrícolas da coletividade, produção artesanal, e serviços na educação e saúde. Contam com 772 hectares de terras comunitárias distribuídas de modo igualitário entre todas as famílias, e vão definir o espaço físico da escola em um dos muitos espaços agrícolas situados no entorno das residências e próximo à escola atual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

O grande desafio colocado pelas comunidades indígenas foi o de antecipar a discussão sobre a proposta pedagógica para a escola, a ser construída em cada espaço, garantindo a participação de todos os envolvidos, antes mesmo da execução das obras.

A sistemática de monitoramento e avaliação das ações previstas nesses espaços deverá ser construída em conjunto com os Povos Indígenas, por meio de discussão no Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPI.

A proposta elaborada deverá ser submetida às lideranças indígenas antes do início da execução dos projetos.

Os trabalhos para construção da proposta deverão incluir, no mínimo, as seguintes atividades:

- Atualização do levantamento das áreas afetadas pelos investimentos;
- Estudo social das famílias potencialmente afetadas: situação de trabalho, moradia, grupo a que são vinculados, relações nas comunidades próximas;
- Cronograma de apresentação das intervenções propostas às populações afetadas e de consultas no local; de forma a permitir que os envolvidos possam opinar sobre o projeto;
- Definição das metodologias para garantir que toda a comunidade (com recorte de gênero e intergeracional) possa participar de todas as fases de implementação do projeto.

A participação das comunidades indígenas nas ações sobre as quais se debruçou a Avaliação Social poderá ocorrer através dos seguintes fóruns:

- Conselho Estadual dos Povos Indígenas, instância máxima de decisão, onde as lideranças do Povos Kaingang e Guarani tem assento;
- Instâncias administrativas descentralizadas, em âmbito federal, estadual ou municipal;
- Fóruns específicos relacionados aos Povos Indígenas;
- Grupos formados pelas comunidades indígenas para discussão e acompanhamento das ações propostas.

As demais questões alvo desta avaliação somente poderão ter seus impactos verificados quando de sua implementação, para a qual deverão ser identificados



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

indicadores de monitoramento para cada uma das áreas previstas no Programa SWAP do Rio Grande do Sul.

Em especial no que se refere ao Setor Educação e Rodovias os Grupos de Trabalho encarregados da elaboração dos documentos técnicos serão mantidos durante a fase de implementação dos projetos, com vistas à verificação de seus resultados objetivos.

Os projetos e ações objeto da avaliação social terão o monitoramento destacado do conjunto do Programa SWAP do Rio Grande do Sul, de forma a promover seu acompanhamento intensivo e compartilhado com os demais Órgãos e entidades envolvidos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 03 de outubro de 1989.

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 27 de junho de 1989.

IBGE, Censo Demográfico 2010.

MEC/INEP, Censo Escolar da Educação Básica 2010.

MS/FUNASA, População Indígena do Estado do Rio Grande do Sul 2010.



GLOSSÁRIO DE TERMOS

APL - ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

BIRD – BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

CEPI - CONSELHO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS

COFIEIX – COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

COREDE - CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO

CRE – COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DAER – DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

MPPI - MARCO DA POLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS

MRI - MARCO DE REASSENTAMENTO INVOLUNTARIO

SCIT - SECRETARIA DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – SCIT

SEDUC - SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO

SEMA – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

SEPLAG – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.

SOP - SECRETARIA ESTADUAL DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO,